

SONDAGEM Especial

V.2, N.2, julho de 2004

Mudança na Cofins aumenta a carga e a complexidade

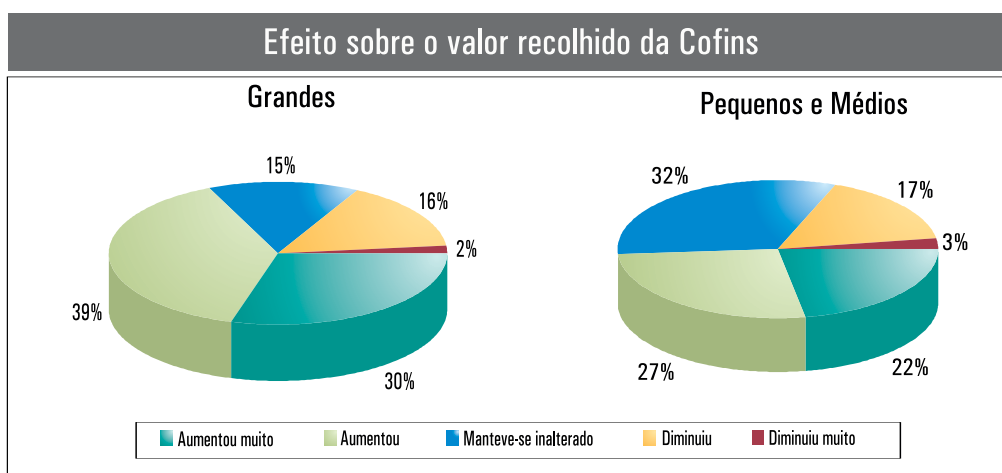
O fim da cumulatividade (incidência em cascata) dos tributos e a isonomia tributária dos produtos domésticos e importados são medidas há muito tempo demandadas pelo setor produtivo brasileiro. Não obstante, a solução implementada, tanto no que diz respeito ao PIS/PASEP como à Cofins, causou frustrações, como demonstram os resultados desta Sondagem Especial realizada pela CNI.

A majoração da alíquota da Cofins – como já havia ocorrido no caso do PIS – foi excessiva, resultando em aumento da já elevada carga tributária. Adicionalmente, a nova sistemática de cálculo e recolhimento da Cofins aumentou a complexidade do processo e complicou o relacionamento das empresas com seus clientes e fornecedores. Por fim, poucos empresários reconheceram que a isonomia tributária foi o principal efeito da introdução do PIS/PASEP-Importação e da Cofins-Importação. A medida resultou na elevação dos custos das matérias-primas e do investimento, indo em direção contrária à busca do crescimento.

Mudanças aumentam carga tributária sobre as empresas

O aumento excessivo da alíquota da Cofins impôs novo aumento sobre a carga tributária. A maioria dos empresários, 52%, assinalou que há aumento do valor recolhido da Cofins após a mudança de metodologia, contra 19% que afirmaram o contrário e 29% que não verificaram mudança no valor recolhido. O crescimento se fez sentir de forma mais intensa entre os grandes empresários: 69% assinalaram aumento do valor recolhido, sendo que 30% registraram que há grande aumento. Este é um resultado esperado, já que entre as pequenas e médias empresas, 17% operam pelo sistema SIMPLES e 21% pelo lucro presumido.

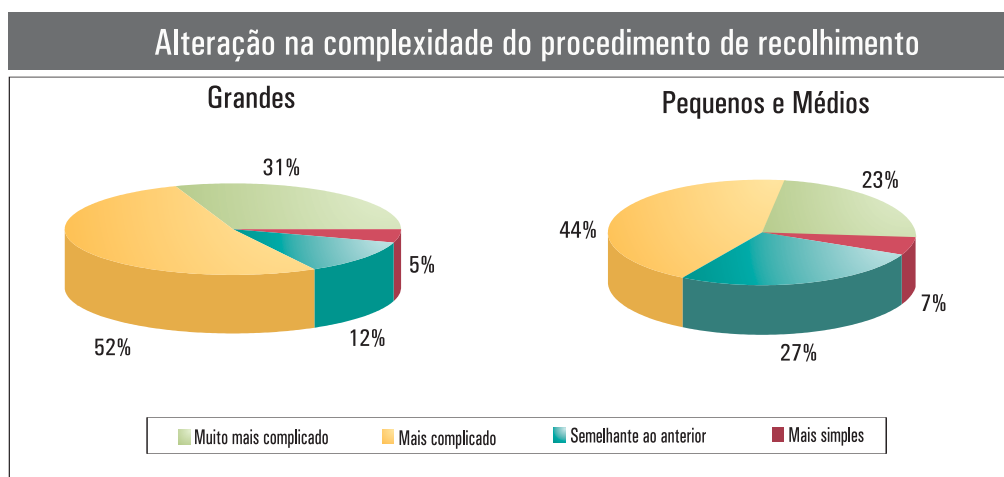
Os efeitos foram distintos entre os diferentes setores. Entre os 17 setores considerados, a parcela dos empresários que respondeu que há aumento no valor recolhido foi superior a 50% em dez setores. Os setores com a maior parcela de empresários assinalando crescimento do valor recolhido foram Mecânica (68%), Bebidas (68%), Material de Transporte (62%), Têxtil (62%) e Química (60%). No outro extremo, os setores cujos empresários pouco registraram aumento no montante recolhido foram os setores Mobiliário (25%), Couros e Peles (30%), Madeira (32%) e Borracha (38%).



Já o percentual dos empresários que indicou redução no valor recolhido não chegou a 50% em nenhum dos setores considerados. Os setores que mais indicaram melhora foram os setores Mobiliário (47%), Madeira (32%), Couros e Peles (30%) e Produtos Alimentares (25%). A presente pesquisa pôde verificar que a experiência dos empresários é heterogênea, mesmo dentro de um único setor.

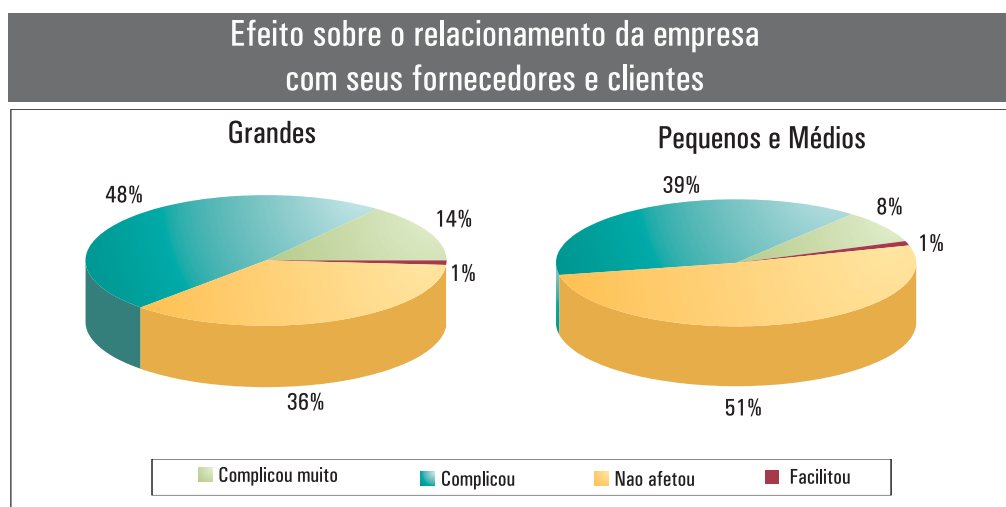
Sistema Tributário se torna ainda mais complexo

A grande maioria dos empresários, 69%, entende que os procedimentos de recolhimento se tornaram mais complexos com as mudanças – incluindo 24% dos empresários que acreditam que o procedimento se tornou muito mais complicado. Apenas 6% acreditam que o sistema se tornou menos complexo. De acordo com a pesquisa, os grandes empresários se queixam mais do novo procedimento. Entre eles, 83% acreditam que o sistema se tornou mais complexo, sendo que 31% assinalaram que o sistema se tornou muito mais complicado.



Aumentam as dificuldades na relação entre empresa, clientes e fornecedores

Para a indústria em geral, 50% afirmaram que o relacionamento de suas empresas com fornecedores e clientes se tornou mais complicado, incluindo 9% que afirmaram que esta relação complicou muito. Apenas 1% afirmou que a relação melhorou e nenhum empresário assinalou que esta relação melhorou muito. Novamente as grandes empresas se mostraram mais afetadas pela mudança: 62% afirmam que a relação entre a empresa e seus fornecedores e clientes se tornou mais complicada, enquanto entre as pequenas e médias este percentual é de 47%.

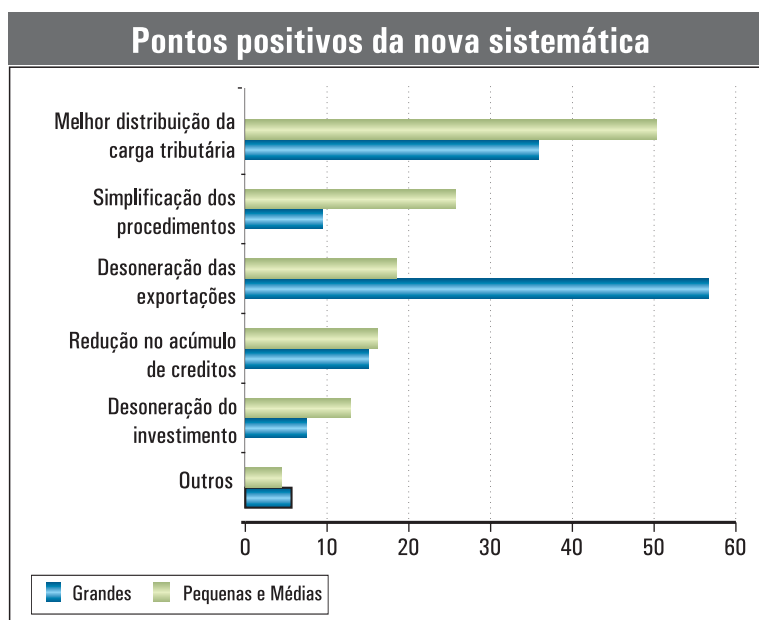


Não houve melhora no sistema com nova sistemática

O descontentamento com as medidas atingiu parcela expressiva dos empresários. A grande maioria não percebe melhora no sistema com a nova sistemática: 77% dos empresários responderam que não houve melhora alguma. Entre os pequenos e médios empresários, esse percentual é de 79% e entre os grandes, de 70%.

Entre os pequenos e médios empresários que perceberam melhoras no sistema, a mudança positiva mais assinalada é a melhor distribuição da carga tributária, com 50% de assinalações. No que concerne aos grandes empresários a principal melhora é a desoneração das exportações com 57% de assinalações, enquanto a melhor distribuição da carga tributária fica como a segunda melhora mais importante. Cabe ressaltar que 78% das grandes empresas são exportadoras, contra 36% das pequenas e médias, o que explica o fato que a desoneração das exportações tenha caído para a terceira posição entre as principais melhoras identificadas pelas pequenas e médias empresas.

A despeito do fato de que os efeitos nos diferentes setores considerados serem diferentes, a avaliação acerca das mudanças é semelhante. De todos os dezessete setores considerados, em dezesseis o percentual de empresários que assinalou que não houve melhora foi superior a 60%. Nos setores de Bebidas, Material Elétrico e Mecânica o percentual superou 80%. Apenas no setor de Mobiliário este percentual é bem menor: 34%. Entre os setores, treze também tiveram a melhor distribuição da carga tributária como a melhoria mais assinalada.



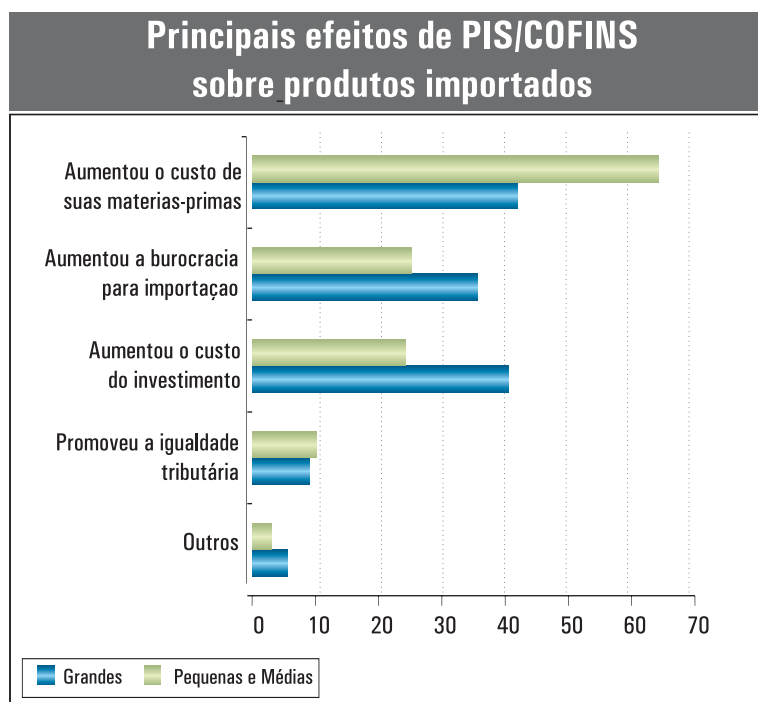
Maioria dos empresários é contrária à nova taxação sobre importações

Para os empresários industriais, a isonomia tributária foi atingida pelo “pior lado”, como afirmou um empresário paulista. A maioria dos empresários, 52% é contrária à introdução de PIS/Pasep – Importação e Cofins – Importação, enquanto 16% são favoráveis. Entre as grandes empresas é ainda maior o repúdio pela nova medida: 69% se dizem contra e apenas 9% possuem posição favorável. Em seis dos dezessete setores considerados, o percentual de empresários contrários é inferior a 50%, mas em todos o percentual de empresários que se manifestaram contrários à medida excederam àqueles que se posicionaram a favor.

O setor de Produtos Farmacêuticos foi o que mais fortemente se posicionou contrário à medida, com 75% de assinalações, contra 5% que se disseram favoráveis. O setor Têxtil, setor com a menor parcela de empresários indiferentes sobre a medida (16%) também se posicionou fortemente contra, com 66% de assinalações.

O principal efeito para as empresas da cobrança de PIS/Pasep e Cofins sobre produtos importados variou de acordo com o porte da empresa. Enquanto 46% dos pequenos e médios empresários declararam que a medida não afetou sua empresa, apenas 22% dos grandes empresas afirmaram o mesmo.

O aumento do custo das matérias primas foi identificado como o principal efeito da introdução dos novos impostos – independentemente do porte do empresário. Entre os pequenos e médios empresários, 64% assinalaram o problema, assim como 42% entre os grandes. Em seguida, 25% dos pequenos e médios empresários assinalaram aumento da burocracia para importação e 24% indicou aumento no custo do investimento. Já na visão dos grandes empresários, 41% assinalaram que o principal impacto da medida foi o aumento no custo do investimento e 36% que aumentou a burocracia para importação. Destaca-se que entre os empresários afetados pela nova cobrança, apenas 10% dos entrevistados assinalou que a isonomia de tratamento tributário entre seus produtos e competidores estrangeiros como principal efeito da medida.



A Sondagem Especial sobre os efeitos da mudança na Cofins foi realizada com a Sondagem Industrial. Ela contou com a participação de 1297 empresas da indústria de transformação: 1097 pequenas e médias e 200 grandes. O período de coleta das informações foi de 30 de junho a 20 de julho de 2004. A Sondagem Industrial é elaborada pela Unidade de Política Econômica da CNI com a participação das Federações da Indústria de 21 estados do Brasil (AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP), embora sejam consultadas empresas de todo o território nacional. Para maiores informações sobre a metodologia da Sondagem ver <http://www.cni.org.br/f-ps-sondind.htm>.

EXPEDIENTE: **SONDAGEM ESPECIAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA**, V. 2, n.2, jul. 2004 – Coordenação Técnica: Unidade de Política Econômica – Equipe Técnica: Flávio Castelo Branco, Renato Fonseca, Edson Velloso, Lia Rocha, Líneke Sleggers, Marcelo Azevedo, Maria Angélica Moreira, Suzana Peixoto – Coordenação Editorial: Unidade Integrada de Comunicação Social do Sistema CNI – Supervisão Gráfica: UNICOM/Núcleo de Criação – Normalização: Área Compartilhada de Informação e Documentação -Informações Técnicas - ACIND: Tels.: (61) 3179989 – E-mail: sondagem@cni.org.br. Assinaturas: Unidade de Relações com o Mercado – SBN-Quadra 01-Bloco C - Ed.Roberto Simonsen - Brasília-DF - CEP: 70040-903 - Tels.: (61) 317-9989/9992/9993 – Fax: (61) 317-9994 – E-mail: sac@cni.org.br. Home page: www.cni.org.br.